

POLÍTICAS DE ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO: A CHAMADA PÚBLICA NA EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – REGIÃO LONDRINA/PARANÁ¹

Adriana Medeiros Farias²

RESUMO

A temática apresentada tem sua origem na produção científica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e nas ações do Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos – Região Londrina a respeito das políticas de acesso à escolarização das pessoas jovens, adultas e idosas no estado do Paraná. O objetivo geral é debater o conceito, as estratégias e as ações em torno da Chamada Pública compreendidas no âmbito das políticas públicas de responsabilidade do Estado para com o atendimento da demanda de escolarização da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A problemática é contextualizada no processo de precarização da educação pública no estado do Paraná, na gestão Beto Richa (PSDB), no período de (2011-2014/2015-2018). O contexto educacional nacional e paranaense conflita com a afirmação do direito público subjetivo assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9394, de 1996, a qual prevê que a garantia desse direito é de responsabilidade do Estado. No plano legal o poder público tem por função a constituição de políticas de acesso à escolarização, entre elas a realização da Chamada Pública (incisos I e II, do § 1º, do Art. 5º, da LDBEN de 1996). A Chamada Pública na EJA é ação relevante para o atendimento do direito à escolarização associada às políticas de acesso e permanência em consonância com a destinação de recursos públicos e ações institucionais articuladas para este fim. Partindo do pressuposto legal e do contexto de desmonte da oferta da EJA no estado, o Fórum organizou uma experiência de Chamada Pública articulada com a Universidade que resultou na abertura e ampliação do atendimento em diversas regiões de Londrina. Com o objetivo de analisar tal experiência foi realizada uma pesquisa no bairro periférico da cidade de Londrina, localizado no extremo sul, com ênfase para a análise documental e para a coleta de dados por meio do questionário estruturado, instrumento criado para este fim. Os resultados da pesquisa indicam que o acesso à educação é fenômeno a ser compreendido na perspectiva do materialismo histórico dialético; que a Chamada Pública é conceito a ser ampliado, bem como as ações estratégicas de recenseamento e diagnóstico do território devem ser diversificadas e articuladas continuamente pelo poder público.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Chamada Pública. Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos.

A destituição de direitos se aprofunda com o golpe jurídico, empresarial e midiático que a classe dirigente protagoniza para impor os interesses do capital internacional e financeiro da elite empresarial brasileira. Como estratégia relevante para consolidar o golpe, as elites impõem à classe trabalhadora as reformas trabalhista, previdenciária e educacional (FREITAS, 2014). No campo da educação, a Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017 que

¹ O tema tem origem no Projeto de Pesquisa “A demanda por Educação de Jovens e Adultos no território municipal de Londrina” vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos da Universidade Estadual de Londrina. A experiência de Chamada Pública é parte das ações do Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos- Região Londrina.

² Professora Doutora em Políticas Educacionais pela FE/UNICAMP. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Integrante do Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos - Região Londrina



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

reforma o ensino médio e os diversos projetos de lei que representam o movimento Escola Sem Partido, são algumas das medidas tomadas para conter o acesso aos direitos sociais, ainda que insuficiente, da educação pública, laica e de qualidade para todos e todas. Em todos os projetos, o tecnicismo e sua vertente atual, o neotecnicismo, é a concepção dominante que orienta os rumos de uma educação que professa a neutralidade científica, a eficiência e eficácia na produção mão de obra subordinada ao mercado e aos interesses da elite empresarial, os denominados empresários da educação, com destaque para o movimento Todos pela Educação (FREITAS, 2014). Do mesmo modo, a gestão das políticas públicas está subalternizada ao setor privado, ao mercado e ao braço gestor das Fundações e Institutos. A aprovação da chamada lei do teto dos gastos, a Emenda Constitucional, nº55 de dezembro de 2016, consolida os cortes na educação e na saúde públicas e inviabiliza os investimentos previstos e necessários à educação para cumprimentos das estratégias e metas do Plano Nacional de Educação, Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, bem como dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Nesse contexto, o Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, região Londrina, denuncia a precarização e a privatização da educação pública e pauta a obrigação do Estado para com as políticas de acesso à escolarização na EJA por meio da Chamada Pública. Para tanto, realizou um amplo debate em torno do conceito de Chamada pública, definindo-a como um “conjunto de ações contínuas promovidas e financiadas pelo Estado, com a finalidade de assegurar ampla publicização³ da oferta da Educação de Jovens e Adultos. As ações são integradas entre os diversos setores da administração pública estadual e municipal, de entidades da sociedade civil organizada e de movimentos sociais e populares. Pressupõe o caráter diagnóstico, formativo e informativo com implementação em curto, médio e longo prazos” (FÓRUM DE EJA, LONDRINA, 2012). A Chamada Pública é prática constante de identificação, mapeamento e convocatória da população jovem, adulta e idosa para oferta de escolarização. Se de um lado o Estado deve garantir a oferta e a permanência, de outro os sujeitos devem ser chamados constantemente a escolarizar-se. Com base no exposto, O Grupo de Estudos e Pesquisa conjunto com o Fórum propõe uma pesquisa com o objetivo de identificar e sistematizar os dados da demanda de escolarização das pessoas jovens e adultas que residem no bairro Jamile Dequech, no

³ Termo empregado com o sentido de tornar público, de conhecimento amplo da população.

município de Londrina: analisar as experiências de Chamada Pública e sua contribuição para o fomento da demanda de EJA. Logo após a identificação da demanda populacional, no território a ser investigado, realizou-se a seleção e a categorização dos dados fundamentados nas referências teóricas do campo investigativo, bem como nas características e especificidades da população a ser atendida. O processo de organização das informações gerais dos municípios para o suporte do estudo foi fundamentada nos dados oficiais dos institutos de pesquisa e na coleta de dados obtidos por meio de questionário estruturado aplicado no território próximo da escola cuja demanda poderia ser efetivada por meio de matrículas na turma de EJA. A metodologia de pesquisa empregada analisa a política pública como prática social constituída em um determinado território de disputa e de conflitos sócio-políticos, ao mesmo tempo em que um território de direitos educacionais que vêm sendo negligenciado pelo Estado, no campo do fomento à escolarização.

A pesquisa indica a necessidade de ampliação do conceito de Chamada Pública para além de ações propagandísticas ocasionais realizadas pelo poder público. A análise dos dados coletados, por meio do questionário estruturado, indica que a população analfabeta e de baixa escolaridade necessita de abordagem diferenciada daquela realizada com crianças para efetivação da matrícula. No âmbito da gestão educacional, a política pública de EJA está vulnerável ao grupo hegemônico que assume o governo, ocasionando a descontinuidade das ações no campo da gestão das políticas de acesso e permanência. Por fim, a atuação do Fórum é fundamental para o controle social na implementação das políticas públicas, bem como na resistência ao avanço das políticas de precarização e privatização da educação pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIAS, Adriana Medeiros. A subalternidade e emancipação nas políticas educacionais brasileiras de EJA implementadas pós década de 1940. IX ANPEDSUL, Caxias do Sul, RS, 2012.

_____. Uma experiência de Consultoria em Educação de Jovens e Adultos no semiárido do Piauí: os limites das ações do governo federal nas políticas públicas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014. Disponível em:



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>